



A CONTRA-REFORMA UNIVERSITÁRIA E A UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Bárbara da Rocha Figueiredo¹

Resumo

O Estado Brasileiro, constitucionalmente, compreende a Educação como um direito universal. No entanto, apenas 10,5% dos jovens brasileiros freqüentam o Ensino Superior. O Governo pretende que 30% dos jovens acessem as Universidades. No entanto, não basta garantir o acesso, é necessário garantir a permanência. Este artigo pretende debater a Reforma Universitária em curso no contexto da contra-reforma do Estado.

Palavras-chave: Estado, Reforma Universitária, assistência estudantil.

Abstract

The State of Brazil, according to its Constitution, has Education as a universal right. However, only 10,5% of young Brazilian inhabitants attend universities in their graduation courses. The Government wish that 30% of young students enter the universities, presently. Otherwise, it's not enough public institutions maintained by the Federal Government guarantee educational programs and access for the students, but giving them conditions and keeping them studying and graduating from their courses, as well. This article aims to discuss the ongoing university reform in the context of university politics reformulation.

Keywords: State, University Reformulation, Students Assistance.

¹ Estudante Pós-Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: barbarapstu@gmail.com



1. INTRODUÇÃO

A contra-reforma do Estado, que foi atenuada pela crise do capital dos anos 1970 bem como pela chegada do neoliberalismo, transformou a sociedade em muitos aspectos. Um dos principais se deu com a transformação de direitos sociais, conquistados a partir da luta da classe trabalhadora, em mercadoria. Nesse sentido, no Brasil, a Educação passou a ser explorada pelo mercado, tornando-se muito lucrativa.

A falta de políticas estatais para expandir com qualidade o Ensino Superior fez com que muitos jovens tivessem que pagar por um direito. Esse processo levou a 75% dos jovens que têm acesso ao Ensino Superior, o terem nas Instituições Privadas. Os que alcançam uma vaga nas Universidades Públicas encontram vários desafios. Isso faz com que muitos precisem abandonar os estudos, alimentando uma taxa de evasão altíssima.

Este artigo visa aprofundar o debate sobre a Reforma Universitária em curso. A análise parte da compreensão de que a Reforma Universitária é fruto da orientação neoliberal dos Governos Federais e parte também das observações sobre as expressões desta na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

2. O KEYNESIANISMO E AS REFORMAS SOCIAIS

Após a II Guerra Mundial (1939-1945), surge a necessidade de se investir na idéia de um capitalismo humanizado. Isso foi fruto da pressão da classe trabalhadora que acirrou a correlação de forças entre trabalho e capital, e da pressão ideológica representada pela presença da União Soviética, que emergia da Segunda Guerra com um enorme prestígio junto às massas trabalhadoras de todo o mundo (COUTINHO, 2007). O Estado passa a cumprir um novo papel, absorvendo algumas demandas da classe trabalhadora. Porém, esse não foi um processo simples. Foi o preço que a burguesia teve de pagar para evitar a ameaça dos trabalhadores tomarem o poder (SAGRA, 2008).

Dessa forma, o Keynesianismo (teoria de um Estado interventivo, elaborada pelo economista britânico John Maynard Keynes) conseguiu, pelo menos por algum tempo, superar a profunda crise que envolveu o capitalismo entre as duas Guerras



Mundiais. Esse foi um período marcado por Reformas, que se manifestavam na conquista de importantes direitos sociais por parte dos trabalhadores.

Porém, com o surgimento da nova crise dos anos 70 as esperanças sobre o Estado de Bem Estar Social de Keynes (1983-1946) têm um limite.

3. O NEOLIBERALISMO E AS CONTRA-REFORMAS SOCIAIS

Como resposta à nova crise econômica surge das mãos do economista estadunidense Milton Friedman (1912-2006) o *neoliberalismo*. O neoliberalismo propunha, portanto, a redução da intervenção estatal e a liberalização da economia para o mercado atuar, deixando que ele se auto-regulasse. Nesse período o neoliberalismo apropriar-se-á do termo *reforma* que até então era um conceito progressivo, representando conquistas das lutas dos trabalhadores o transformará no inverso. Ou seja, as reformas do neoliberalismo, apresentar-se-ão, na verdade, como contra-reformas.

O neoliberalismo e a globalização do capitalismo trouxeram consigo inúmeras mudanças econômicas, sociais, culturais, etc. Essas mudanças, que podemos caracterizar como uma *reestruturação do capital como modo de produção* (Bruno, 2001) apresentaram duas tendências principais: a reestruturação produtiva e a contra-reforma do Estado.

3.1. A reestruturação produtiva

Os países subdesenvolvidos, que até então apenas exportavam matéria-prima, passarão também a industrializar-se e a produzir muitas das mercadorias antes importadas. Isso se dará por dois elementos fundamentais: a necessidade geográfica (economia com combustível e comunicação, melhor aproveitamento das possibilidades de cada região, entre outros) e uma latente necessidade política de aproveitar-se dos países subdesenvolvidos com mão-de-obra escandalosamente mais barata e de acabar com as grandes aglomerações de trabalhadores, que tinham se tornado focos de resistência durante a crise.



3.2. A contra-reforma do Estado

A contra-reforma do Estado parte da propaganda ideológica de que este era uma estrutura pesada, cara, improdutiva e que precisava imediatamente ser reformada, com um único objetivo: reduzir custos para a sociedade e aumentar a sua produtividade (BRUNO, 2001). Assim, para superar a lentidão do Estado era necessário passar algumas de suas responsabilidades para o mercado e cortar verbas das demais.

Esta contra-reforma acarretou em uma série de mudanças, dentre elas a total privatização de serviços até então prestados pelo Estado ou a liberação para o mercado atuar em áreas sociais, tais como a saúde e a educação. Este último apresentou-se como a face mais nefasta do neoliberalismo: a transformação de direitos sociais em mercadorias e do cidadão em consumidor.

3.2.1. A contra-reforma do Estado e a educação no Brasil

É nesse contexto que no Brasil durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995/2003) veremos a privatização da Vale do Rio Doce, da Telefonia brasileira, de diversos bancos estaduais e de rodovias, o fim do monopólio estatal do petróleo, a Reforma da Previdência Social, o congelamento de salário dos servidores públicos, entre outros.

Na Educação FHC intensifica a privatização. Abre o campo da Educação para a exploração do mercado e incentiva o desenvolvimento das Instituições privadas que contavam com linhas de crédito especiais para seus investimentos.

Paralelo a isso, deixou cada vez mais de lado o Ensino Superior Público. É nessa lógica que haverá as absurdas reduções de 24% nas verbas de custeio e de 70% nas verbas de investimento nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES (Folha de São Paulo, 12.04.04). As Universidades Federais no aspecto infra-estrutural passaram a viver uma situação de indigência, com cortes de energia elétrica, telefone, água, dispensa das empresas terceirizadas responsáveis pela limpeza e no aspecto didático-científico a



deficiência de bibliotecas, laboratórios, salas de aula e falta de computadores e outros equipamentos necessários farão com que a qualidade do Ensino fique ainda mais prejudicada (MAUÉS, 2004). O mais interessante é que tudo isso não impossibilitou a expansão de vagas, que quase duplicaram durante os mandatos de FHC.

4. A Contra-Reforma Universitária do Governo Lula da Silva

O Governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), oriundo da classe trabalhadora, alimentou na sociedade durante o período em que se postulava à Presidência a esperança de que os tempos de privatização, terceirização, corte de direitos e precarização dos serviços públicos teria um fim. O Neoliberalismo de FHC trouxe grandes traumas para uma parcela da sociedade, onde os trabalhadores – principalmente os servidores públicos – sentiram na pele o que é um Estado mínimo e um mercado amplo.

Assim, Lula se elegeu Presidente do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores (PT) com amplo apoio dos movimentos sociais.

Entretanto, já em seu primeiro ano de mandato implementou a (Contra)Reforma da Previdência. Seguindo as orientações do Banco Mundial/FMI Lula aprovou uma Contra-Reforma que arrochou aposentadorias e transferiu dinheiro público para o mercado, privatizando a Previdência.

O caráter de subordinação aos organismos internacionais do capital, tais como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), entre outros, segue por todos os dois mandatos deste Governo, tendo reflexos na educação.

Seguindo a tendência da globalização, a educação também sofre mudanças. O BM e FMI identificam o campo do Ensino como um importante campo para o mercado e passam a conduzir, em parceria com os Governos de plantão, uma agenda de formulação e realização de políticas educacionais para a América Latina e Caribe (MELO, 2004). O Governo Lula, orientando-se por cartilhas como as do Consenso de Washington e *For All* (Educação Para Todos), começa a formular nos primeiros anos de



seu mandato o Projeto de Reforma Universitária. Após a formulação de 4 ante-projetos, o Governo Lula – de decreto em decreto – aprova a Reforma Universitária.

Em 14 de abril de 2004 Lula sanciona a Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Entre os elementos componentes do SINAES, o único que se efetivou e ganhou destaque foi o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). O ENADE constitui uma prova aplicada aos estudantes universitários por curso federal de três em três anos. O objetivo é avaliar em quanto a Universidade tem cumprido sua função de formar o estudante, por isso fazem o Exame os estudantes ingressantes e concluintes.

A nota do ENADE é publicizada e é formado, assim, um Ranking nacional das Instituições de Ensino. O ENADE transformou-se, na verdade, em um mecanismo de competição entre as Instituições. Tornou-se um mecanismo de privatização tendo em vista que incentiva o financiamento privado das Universidades Públicas uma vez que as Universidades bem colocadas no ENADE recebem verbas extras do Governo e apoios do setor privado, enquanto as Universidades que tirarem notas baixas não receberão verbas extras, fazendo com que acabem buscando o apoio privado, da mesma forma.

O Programa Universidade Para Todos (PROUNI), outro elemento da Reforma Universitária, prevê o fornecimento das vagas ociosas nas Instituições privadas a estudantes carentes (através de bolsas de estudo integrais ou parciais) em troca de isenção fiscal. Essa é mais uma política privatizante, pois segundo o Censo de 2003 o Sistema Privado de Ensino Superior tinha 42,2% de suas vagas ociosas. Algumas Universidades/Faculdades Privadas encontravam-se à beira da falência pelo abandono e inadimplência dos estudantes que não tinham condições de continuar pagando para estudar. O Governo, então, isenta fiscalmente essas Instituições em troca de vagas que custam três vezes mais que as vagas nas Universidades Federais (ANDES). Assim, O Governo Lula opta por salvar o Ensino Privado, abrindo mão de investir nas Universidades Federais e fortalecendo um Ensino, muitas vezes, de qualidade duvidosa e sem nenhuma assistência estudantil. Uma verdadeira transferência de dinheiro público para empresários que exploram um direito social como mercadoria.

Entre todos os projetos e decretos que compõem a Reforma Universitária, o Decreto Presidencial 8.096 de 2007 merece destaque. O Programa de Apoio a Planos de



Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI foi o que encontrou maior resistência da comunidade universitária. E não foi a toa.

No âmbito da Reestruturação o Decreto objetiva a “revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem” e a “diversificação das modalidades de graduação”. Isso na prática tem significado a criação dos Bacharelados Interdisciplinares (cursos de formação rápida e genérica) e a expansão desenfreada do Ensino à Distância.

No âmbito da Expansão o Decreto prevê a criação de “condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior”. Para isso as Universidades deverão ampliar as vagas, melhorar “o aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais”, superar as taxas de evasão, ocupar as vagas ociosas, etc. Isso, na realidade, significa a super exploração dos docentes (elevação da taxa professor-aluno) e a super lotação de salas através da abertura irresponsável de vagas.

4.1. O REUNI e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte após a aprovação do REUNI a oferta de vagas no processo seletivo, segundo a COMPERVE (Comissão Permanente do Vestibular) subiu de 3.926, em 2007, para 6.307 em 2010. O objetivo é que com a implantação do programa sejam criadas 11.716 novas matrículas na UFRN. Em contra partida o REUNI pretende contratar 344 novos professores e 477 novos técnico-administrativos. Os novos alunos foram/serão absorvidos pela criação de novos cursos – até agora foram 16 – e ampliação de vagas dos cursos já existentes (Dados do Site oficial do REUNI na UFRN).

Em um Estado em que apenas 5,6% dos jovens entre 18 e 24 anos freqüentam o Ensino Superior, umas das piores médias nacionais, a criação de mais de onze mil novas vagas é sem dúvida comemorada. Todos os anos cerca de 20.000 pessoas se inscrevem no vestibular, sem sucesso. Mas esses não são os únicos números a serem levados em consideração. Outros chamam a nossa atenção no Projeto do Reuni/UFRN.



No período de 1995 a 2006 o número de discentes subiu de 9.942 para 20.417, enquanto que o número de docentes foi reduzido de 1.649 a 1.455 no mesmo período, devido a aposentadorias, exonerações e óbitos não recompostos. Ou seja, já havia antes da aprovação do projeto um déficit de docentes na UFRN. Ainda assim, o número de abertura de novas vagas em relação ao número de novas contratações revela a absurda proporção de aproximadamente 34 alunos para cada professor.

Observa-se, portanto, uma expansão que leva à redução da qualidade do Ensino, na medida em que se eleva o número de alunos por professor e por sala de aula, levando a crer que a expansão real se dá no número de matrículas.

6. CONCLUSÃO

O desenvolvimento da Reforma Universitária na Universidade Federal do Rio Grande do Norte é uma expressão do processo nacional.

Cabe aqui o questionamento sobre as reais pretensões do Governo Federal com a Educação Superior, tendo em vista que as Instituições de Ensino Superior Privadas não param de se alastrar, sobretudo após o apoio financeiro dado pelo Governo através da isenção de impostos no Programa Universidade Para Todos (PROUNI), que estendeu-se para as Escolas Técnicas através do PRONATEC (Programa Nacional de acesso ao Ensino Técnico e Emprego), a falta de critérios para a abertura de cursos à distância e todo o aprofundamento da precarização do ensino superior público.

Uma coisa é certa: a educação superior caminha no sentido do sucateamento presente em todos os serviços públicos, tidos como direitos sociais, e se distancia da consolidação da Educação como um direito universal.

REFERÊNCIAS

BRUNO, Lúcia. **Reorganização econômica, reforma do Estado e educação.** In: Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e Paraná na década de 90 (Org. Angêla Maria Hidalgo e Ileizi Luciana Fiorelli Silva). Londrina: Editora UEL, 2001.



COUTINHO, Carlos Nelson. **A época neoliberal: revolução passiva ou contra-reforma?** São Paulo, 2007. Disponível em:

<http://www.socialismo.org.br/portal/filosofia/155-artigo/405-a-epoca-neoliberal-revolucao-passiva-ou-contra-reforma>. Acessado em 12/07/2010

MAUÉS, Olgaíses. **Reforma Universitária ou a modernização mercadológica das universidades públicas.** In: Revista Universidade e Sociedade. Brasília: ANDES, 2004.

MELO, Adriana Almeida Sales. **Características da mundialização da Educação. Neoliberalismo e Social-Democracia no Brasil de Hoje.** In: Educação, Ciência e Desenvolvimento Social (Org. Ronaldo Marcos de Lima Araujo). Belém: EDUFPA, 2006.

SAGRA, Alicia. **O keynesianismo não é uma saída para os trabalhadores,** 2008. Disponível em : http://www.pstu.org.br/esp_crise_materia.asp?id=10072&ida=75. Acessado em 12/07/2010.

<http://www.reuni.ufrn.br/>

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11096.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/Lei/L10.861.htm

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm